

### **3. PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS**

#### **3.1. GOVERNO FEDERAL**

##### **3.1.1. PLANO PLURIANUAL (2012 – 2015)**

O Plano Plurianual (PPA) previsto no artigo 165 da Constituição Federal tem como objetivo estabelecer as medidas, os gastos e os objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal ao longo de um período de quatro anos. O PPA 2012-2015 sancionado em janeiro de 2012 foi instituído através da Lei 12.593/12.

O PPA 2012-2015 apresenta ênfase na área social e tem como prioridades o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Brasil Sem Miséria, sendo estruturado em quatro grandes áreas, a saber: Social, Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Especiais. O PPA 2012-2015 tem seu custo total estimado em R\$ 5,4 trilhões até 2015, 38% superior ao PPA 2008-2011, incluindo recursos extra-orçamentários. A área social aparece como destinação de maior parte dos recursos públicos (R\$ 2,58 trilhões). O governo prevê, por exemplo, a inclusão de 495 mil domicílios rurais no Programa Luz para Todos; a expansão da internet banda larga para 40 milhões de domicílios; a inclusão de mais 800 mil famílias no Bolsa Família; a construção de 2 milhões de casas com o Minha Casa, Minha Vida e o investimento de R\$ 18 bilhões em empreendimentos de mobilidade urbana nas grandes cidades.<sup>1</sup>

##### **3.1.2. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC**

O Programa de Aceleração do Crescimento tem como objetivo a expansão do investimento em infra-estrutura (logística, energética e social/urbana) tendo como fundamento a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil, visando dessa forma superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais.

Lançado em 2007 pelo Governo Federal, o PAC tem como meta aplicar em quatro anos um total de investimentos em infra-estrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões, a serem distribuídos em três eixos decisivos: Infra-estrutura Logística, Infra-estrutura

<sup>1</sup> BRASIL. SENADO FEDERAL. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/01/19/dilma-rousseff-sanciona-plano-plurianual-2012-2015>> Acesso em: 15 outubro 2012.

Energética e Infra-estrutura Social e Urbana, englobando as áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. (Quadro 3.1.2-2)

**Quadro 3.1.2-2:** Programa de Aceleração de Crescimento – Eixos de Investimento.

INFRA-ESTRUTURA	ÁREAS ENVOLVIDAS
LOGÍSTICA	Construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.
ENERGÉTICA	Geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.
SOCIAL E URBANA	Saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos.

Fonte: Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.  
[www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/noticias/pac/070123\\_PAC\\_INFRA-ESTRUTURA.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/pac/070123_PAC_INFRA-ESTRUTURA.pdf)

Visando resultados mais rápidos e eficazes, o Governo Federal optou por recuperar a infra-estrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial para gerar desenvolvimento econômico e social - além de estimular a sinergia entre estes projetos.

Entre as principais ações do Programa de Aceleração do Crescimento no Estado do Rio de Janeiro estão o Arco Rodoviário, os portos de Itaguaí e do Rio, o ramal ferroviário de Barra Mansa, concessão de dois trechos de rodovias federais, o Aeroporto Tom Jobim, Usina Hidrelétrica de Simplício, Usina Nuclear de Angra 3, 18 obras de abastecimento e tratamento de esgoto e projetos de habitação e urbanização de favelas. (Governo do Estado do Rio de Janeiro, ASCOM, 2008)

O Arco Rodoviário, que ligará o Porto de Itaguaí ao trecho da BR-101, em Manilha, contornando a Baía de Guanabara, tem previsão de inauguração em dezembro de 2010. O trajeto de 145 km passa por oito cidades e promete impulsionar não só a economia, mas desafogar o trânsito de caminhões na Avenida Brasil e na Ponte Rio-Niterói.<sup>2</sup>

<sup>2</sup><http://www.osaogoncalo.com.br/site/voz+do+polo/2010/3/28/6974/obras+do+arco+rodovi%C3%A1rio+v%C3%A3o+ficar+prontas+em+dezembro>

O arco passará por Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí e integrará as rodovias Washington Luiz (BR-040), Rio-Teresópolis (BR-116 Norte), Rio-Santos (BR-101 Sul) e Manilha-Santa Guilhermina (BR-493).

### 3.1.3. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC II

Em março de 2010, o Governo federal lança a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento, para o período de 2011 a 2014, denominado PAC 2, que prevê projetos de infraestrutura, conforme Quadro 3.1.3-1.

**Quadro 3.1.3-1:** *Projetos previstos pelo PAC II.*

EIXOS	PROJETOS	OBJETIVOS
SOCIAL E URBANA	Cidade Melhor	Enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, propiciando melhor qualidade de vida
	Comunidade Cidadã	Presença do Estado nos bairros populares – aumentando a cobertura de serviços
	Minha Casa, Minha Vida	Redução do déficit habitacional, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda
	Água e Luz para Todos	Universalização do acesso à água e à energia elétrica
LOGÍSTICA	Transportes	Consolidar e ampliar a rede logística, interligando os diversos modais, garantindo qualidade e segurança
ENERGÉTICA	Energia	Garantir a segurança do suprimento a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas.

No quesito saneamento, ressalta-se que as diretrizes prevêem a ampliação do tratamento de resíduos sólidos com a implantação de Aterros Sanitários, modernização tecnológica, em especial por meio de consórcios intermunicipais. O investimento total previsto pelo governo é de R\$ 22,1 bilhões.

### 3.1.4. PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMAII/MMA)

O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, tem como propósito a melhoria da qualidade ambiental em todo o País por meio do incentivo à gestão integrada dos recursos naturais e do fortalecimento das instituições que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O PNMA tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das principais instituições ambientais brasileiras bem como reforçar a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.<sup>3</sup>

Durante a Fase 1 do PNMA (2000 a 2006) foram desembolsados US\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil dólares), visando a concepção e apoio de 43 projetos voltados para o aperfeiçoamento dos referidos Componentes, sendo contempladas, nessa fase, 17 Unidades da Federação.

Atualmente, o PNMA encontra-se em sua segunda fase (2009-2014) e o MMA definiu a área de Licenciamento Ambiental como eixo principal de atuação do PNMA II, tendo por meta principal a atuação junto aos estados e ao governo federal nas seguintes temáticas ambientais: licenciamento, monitoramento e instrumentos econômicos para a gestão do meio ambiente. (Quadro 3.1.4-1)

Visando o sucesso na execução das ações propostas para o PNMA, o MMA conta com parceiros dentre os quais destacam-se o Instituto Chico Mendes – ICMBio ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Ministério da Saúde.

---

<sup>3</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/programa-nacional-do-meio-ambiente>> Acesso em: 15 outubro 2012.

**Quadro 3.1.4-1:** Componentes do programa nacional de meio ambiente.

PNMA FASE 01 (2000 A 2006)	PNMA FASE 02 (2009 A 2014)
A. Gestão Integrada de Ativos Ambientais	A. Gestão Integrada de Ativos Ambientais
B. Desenvolvimento Institucional	B. Desenvolvimento Institucional
B1. Licenciamento Ambiental	B1. Licenciamento Ambiental
B2. Monitoramento da Qualidade da água	B2. Monitoramento Ambiental
B3. Gerenciamento Costeiro	B3. Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental
C. Coordenação e Articulação	C. Coordenação e Articulação
	C1. Planejamento da Gestão Ambiental
	C2. Comunicação
	C3. Gestão e Articulação

Fonte: MMA, 2012.

### 3.1.5. PROGRAMA DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (PRODES)

Criado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em março de 2001, o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) consiste na concessão de estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), desde que cumpridas as condições previstas em contrato.

O PRODES tem como objetivos reduzir os níveis de poluição hídrica nas bacias hidrográficas do País e induzir a implantação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos e de instrumentos de gestão. São participantes diretos ou indiretos do PRODES, a Agência Nacional das Águas, os prestadores de serviços de saneamento, os serviços públicos de saneamento básico, os comitês de bacia hidrográfica e Caixa Econômica Federal, com atribuições conforme Quadro 3.1.5-1.

Conforme publicado no site da ANA, serão disponibilizados R\$ 50 milhões para o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas 2012 (PRODES). O PRODES selecionará projetos aptos a receber recursos para pagamento de esgoto tratado e pagará ao prestador de saneamento desde 30% do valor da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) calculado pelo programa, quando atender a uma população acima de 200 mil habitantes, até 100%, caso o empreendimento atenda até 20 mil habitantes. Para

projetos selecionados que atenderem entre 200 mil e 20 mil pessoas, o percentual de recursos do Programa cresce proporcionalmente.<sup>4</sup>

**Quadro 3.1.5-1:** Participantes do programa despoluição de bacias hidrográficas (prodes).

PARTICIPANTES DO PRODES	ATRIBUIÇÕES
Agência Nacional das Águas	Entidade executora e disciplinadora do PRODES durante o processo de seleção; Contratante no âmbito do processo de certificação.
Prestadores de Serviços de Saneamento	Entidades públicas ou privadas detentoras das competências para a realização de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.
Representantes dos Serviços Públicos de Saneamento	Organização, regulação, fiscalização e prestação desses serviços, nos termos do Art. 175 da Constituição Federal
Comitês de Bacia Hidrográfica	Como membros do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, conforme previsto nos Art. 32 e 33 da Lei Nº 9.433/97.
Caixa Econômica Federal	Na condição de instituição financeira responsável pela administração dos recursos aplicados em fundo de investimentos específico do PRODES.

### 3.2. GOVERNO ESTADUAL

#### 3.2.1. ARCO RODOVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

O Arco Rodoviário do Rio de Janeiro é visto como uma alternativa à atual condição de trafegabilidade rodoviária no trecho sul das rodovias BR-116 e BR-101, condição esta que incrementa o nível de saturação das vias municipais, estaduais e federais existentes dentro da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

A construção do Arco Rodoviário associado à construção da extensão da BR- 493 agilizará a ligação Norte-Sul dentro do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> BRASIL. AGENCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **PRODES**. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/prodes/prodes2012.asp>> Acesso em: 15 outubro 2012.

### **3.2.2. PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PEGIRS**

O Estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios que geram aproximadamente 15.600 t/dia de resíduos. Atualmente, a situação da destinação final dos resíduos gerados do Rio de Janeiro é caracterizada pela existência de mais de 11 aterros sanitários licenciados, 07 aterros em processo de licenciamento e 49 vazadouros a céu aberto<sup>5</sup>.

Frente a esse cenário e considerando a dificuldade de se encontrar áreas adequadas para a destinação final dos resíduos gerados no estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado tem como meta acabar com todos os lixões do Estado do Rio de Janeiro até o final da gestão atual.

A estratégia principal do PEGIRS consiste em incentivar os consórcios municipais, uma vez que por serem pequenos, os municípios têm como problema a não capacidade de investimentos para desenvolver o tratamento e a disposição adequados para cada tipo de resíduos. (fonte: [http://www.ufrj.br/detalha\\_noticia.php?codnoticia=5381](http://www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=5381))

### **3.2.3. PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DO LIXO URBANO (PRÓ-LIXO)**

O Programa Estadual de Controle do Lixo Urbano (Pró-Lixo), orçado na faixa de 12 milhões de reais oriundos do FECAM - Fundo Estadual de Controle Ambiental, propõe a implantação de um novo sistema de gerenciamento do lixo urbano. Tem como objetivo auxiliar 66 municípios fluminenses com menos 70 mil habitantes a desenvolverem sistemas de destinação do lixo, adequando a questão às características e necessidades de cada região. O Pró-Lixo contempla ações relacionadas aos serviços de coleta, educação ambiental, proteção dos recursos hídricos, limpeza de encostas e logradouros públicos, coleta seletiva, reciclagem de resíduos e aterro sanitários.

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PRÓ-LIXO: Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Areal, Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Iguaba Grande, Italva, Itacoara, Itatiaia,

<sup>5</sup> [http://www.sematur.rj.gov.br/pages/imprensa/detalhe\\_noticia.asp?ident=540](http://www.sematur.rj.gov.br/pages/imprensa/detalhe_noticia.asp?ident=540)

Laje de Muriaé, Macuco, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Paracambi, Paraíba do Sul, Parati, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Quissamã, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São João da Barra, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, Sapucaia, Saquarema, Seropédica, Silva Jardim, Sumidouro, Três Rios, Tanguá, Trajano de Moraes, Valença, Varre-Sai e Vassouras.

### **3.2.4. PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA**

Programa lançado em 1995 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro foi alvo de inúmeras polêmicas devido à ineficácia e entraves operacionais, sendo encerrado em 2006. A partir de 2007, após o encerramento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), o Governo do Estado, com recursos próprios, vem aplicando cerca de R\$ 100 milhões por ano em obras para concluir os sistemas de esgotamento sanitário inacabados pelo PDBG.<sup>6</sup>

Em 2012, O Governo do Estado contraiu um novo financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para executar um novo programa de saneamento da Baía de Guanabara, ora denominado Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM.

### **3.2.5. PACTO PELO SANEAMENTO<sup>7</sup>**

O Pacto pelo Saneamento é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA. Instituído pelo Governo do Estado, em abril de 2011, através do Decreto nº 42.930, tem como objetivo a universalização, no Estado do Rio de Janeiro, do acesso a sistemas de saneamento básico, minimizando os impactos negativos decorrentes da inexistência desses sistemas sobre a saúde da população, o meio ambiente e as atividades econômicas. Visando atingir o objetivo, o Pacto pelo Saneamento tem como

<sup>6</sup> SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. **Pacto pelo Saneamento**. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1055505>> Acesso em: 11 outubro 2012.

<sup>7</sup> SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. **Pacto pelo Saneamento**. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=330838>> Acesso em: 11 outubro 2012.



meta a duplicação de tratamento de esgoto e erradicação dos lixões no estado até 2014, com a implantação de aterros sanitários municipais. Tal meta encontra-se em conformidade com o Art. 54 da Lei Nº 12.305/2010.

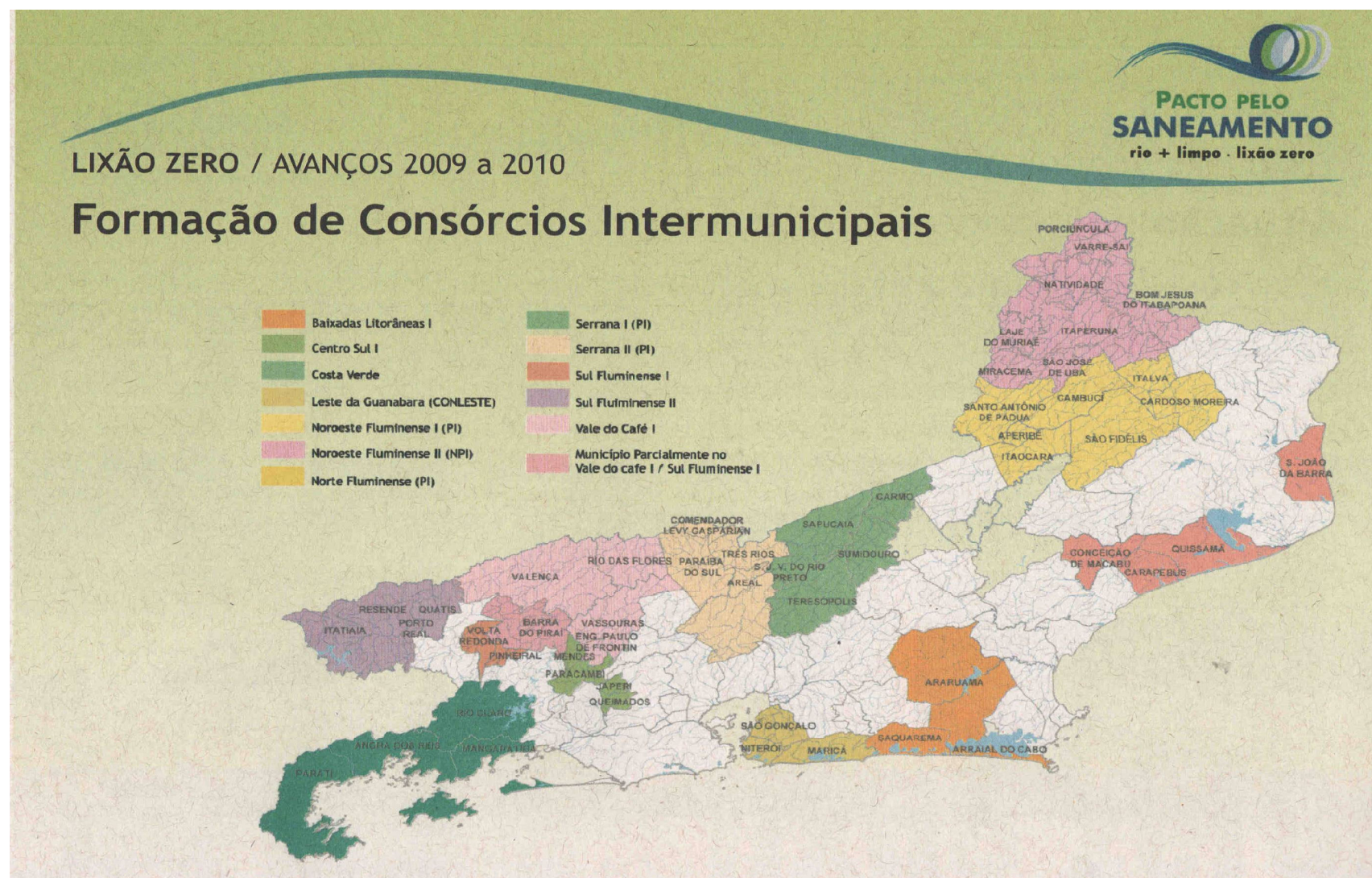
Neste sentido, o Estado do Rio de Janeiro, pioneiro em visões ambientais, criou o programa Pacto pelo Saneamento, concebido pela Secretaria de Estado do Ambiente, tendo entre uma de suas iniciativas o programa Lixão Zero. Conforme disposto no escopo do subprograma, seu objetivo "(...) visa a erradicar os lixões do estado até 2014, a partir da implantação de aterros sanitários."

O Pacto pelo Saneamento é envolve três programas – Lixão Zero, Rio+Limpo e Guanabara Limpa – frutos de parcerias com as secretarias estaduais do Ambiente, de Agricultura e Pecuária e de Obras, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

#### **3.2.5.1. PROGRAMA LIXÃO ZERO**

O Lixão Zero visa à erradicação dos lixões do estado até 2014, a partir da implantação de aterros sanitários. Em quatro anos, mais de 40 municípios passaram a destinar seu lixo para aterros sanitários, e a previsão é de até o final de 2012 70 municípios fluminenses estarem destinando seus resíduos para aterros sanitários licenciados. Atualmente, já estão formalizados oito consórcios com a participação de 47 municípios. O início da operação de cada aterro sanitário regional permite o encerramento e remediação de vários lixões antes utilizados por municípios.

*Em concordância com a Lei Federal de Consórcios (Lei 11.107/2005), o subprograma Lixão Zero considera a formação de consórcios intermunicipais (Figura 3.2.5.1-1).*



**Figura 3.2.5.1-1:** Formação de consórcios intermunicipais - Estado do Rio de Janeiro - subprograma lixo zero. Fonte: Secretaria do Ambiente, Governo do Estado do Rio de Janeiro, junho, 2010.





**Figura 3.2.5.1-2:** Situação dos Aterros Sanitários e Controlados - Estado do Rio de Janeiro - Subprograma Lixão Zero. Fonte: Secretaria do Ambiente, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Junho, 2010.

### **3.2.5.2. PROGRAMA RIO + LIMPO**

O Rio+Limpo tem a meta de coletar e tratar 80% do esgoto de todo o Estado do Rio de Janeiro até 2018 – já tendo sido investidos cerca de R\$ 500 milhões, de 2006 a 2010, com a ampliação de 20% para 30% do percentual de esgoto tratado.

Dentre as ações do programa, destaca-se o apoio da SEA a 71 municípios fluminenses na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs), os quais servirão como diretrizes para a gestão dos serviços de saneamento, que envolve desde o acesso aos serviços até a definição dos responsáveis pela prestação, fiscalização e regulação desses serviços. Atualmente, são 36 planos de saneamento, de três regiões hidrográficas – Baixo Paraíba do Sul, Lagos São João e Rio Dois Rios.

Os esforços da SEA são no sentido de que até o final de 2013 – prazo definido pelo Decreto Federal nº 7.217/10 – todos os municípios conveniados possuam seus PMSBs, instrumento fundamental para a prestação adequada dos serviços públicos de saneamento básico, atendendo os princípios estabelecidos pela Lei 11.445/07 - Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico.

### **3.2.5.3. PROGRAMA GUANABARA LIMPA**

Integrante do Pacto pelo Saneamento, o Programa Guanabara Limpa conta com três iniciativas para a recuperação ambiental das águas da Baía de Guanabara: o Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM, cujo objetivo é o saneamento e a recuperação ambiental das águas da baía; o Programa Sena Limpa, uma parceria com a Cedae e a Prefeitura do Rio para despoluir seis das principais praias do Município do Rio de Janeiro; e a ampliação do Sistema Alegria, para a construção de novos troncos coletores de esgoto e a ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Alegria.

### **3.2.5.4. PROGRAMA DE SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA - PSAM<sup>8</sup>**

O PSAM é uma das iniciativas do Programa Guanabara Limpa e é vista como principal investimento do Governo Estadual no que diz respeito à recuperação da

<sup>8</sup> SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. Pacto pelo Saneamento. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1055505>> Acesso em: 11 outubro 2012.

Baía da Guanabara. Para a execução do Programa de Saneamento está prevista a aplicação de R\$ 1,13 bilhão oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM). O montante será destinado a obras de esgotamento sanitário e em projetos de saneamento dos 15 municípios do entorno da baía.

Encontra-se em andamento algumas licitações para o apoio ao gerenciamento do programa e para a execução de projetos de engenharia. O início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2013, conforme o cronograma do PSAM.

O PSAM é composto por um conjunto de projetos de esgotamento sanitário com obras previstas para terminar em 2016. Este prazo é compatível com os compromissos do Rio de Janeiro junto à organização dos Jogos Olímpicos de 2016, cujo objetivo é reverter a degradação ambiental da Baía de Guanabara.

Entre os projetos do PSAM, destacam-se a implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos de Alcântara, no Município de São Gonçalo, que inclui a construção da ETE São Gonçalo; a construção do Tronco Cidade Nova (Centro do Rio de Janeiro) e a correspondente complementação do sistema de coleta de esgotos, sendo este subsistema parte do Sistema da ETE Alegria, em funcionamento desde 2009.

Por fim, estão previstas obras de complementação adicionais às redes de esgotos dos sistemas das ETE Pavuna e Sarapuí, que deverão ser iniciadas em 2013. A priorização das obras listadas no PSAM decorre do potencial de sinergia e aproveitamento das instalações de coleta e tratamento de esgotos construídas pelo antigo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).

Além das obras, o PSAM é composto por ações que visam a estimular a atuação dos municípios na definição e na implantação de políticas de saneamento sustentáveis. Após firmar convênios de cooperação técnica com 12 dos 15 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, a SEA já contratou três empresas de consultoria técnica para a elaboração de estudos técnicos regionais e planos municipais de saneamento (componentes água e esgoto).

O PSAM também prevê projetos de modernização da gestão fiscal dos municípios do entorno da Baía de Guanabara, visando a melhorar a atuação destes municípios na formulação de projetos e na implementação das políticas de saneamento. Serão aplicados recursos conforme a necessidade de cada município, em programas como melhorias dos sistemas de arrecadação do IPTU e ISS, capacitação de funcionários

em obtenção e controle de financiamento de projetos, além de equipamentos de informática.

Também são previstos projetos que visem a fortalecer a atuação das instituições estaduais em prol do saneamento da região, e neste contexto serão beneficiados a AGENERSA (Agência Reguladora), a CEDAE e o INEA.

### **3.3. GOVERNO MUNICIPAL**

#### **3.3.1 PLANO DIRETOR**

A ocupação e uso do solo do município de Magé são regidos pela Lei 1.021/1991, legislação em vigor que institui o Código do Zoneamento do município, segundo o qual, o território de Magé está dividido em quatro macrozonas principais: I – Área comprometida com a ocupação urbana, II – Área de ocupação progressiva, III – Área Industrial (Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI) e IV – Área ímpar de utilização. Além dessas, o Código cita também a Área de Preservação e Proteção e a Área Rural.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando atender ao predisposto no Art. 182 da Constituição Federal e às diretrizes constantes da Lei Nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), se encontra em tramitação projeto de lei, que redefine o zoneamento e institui novo Plano Diretor e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de Magé. Tal documento, além de se apresentar mais detalhado no que diz respeito à organização do uso do solo de Magé, contempla, também uma Política de Saneamento Ambiental e Serviços Urbanos, Gestão de resíduos sólidos e Estudo de Impacto Urbanístico (EIU) para atividades que causarem grande impacto urbanístico e ambiental.

No que diz respeito aos resíduos sólidos, o município de Magé considera a gestão dos resíduos como um dos serviços públicos essenciais ao saneamento ambiental da cidade e, como tal, deve ser tratada de forma acompanhar as diretrizes da Política de Saneamento Ambiental, a qual está sendo proposta através do novo Plano Diretor.

#### **3.3.2. PROGRAMA RENDA MELHOR**

Reunião entre a Secretaria de Estado de Integração de Programas Sociais e o governo municipal, definiu o município de Magé como o primeiro do estado a entrar

no projeto de expansão do Programa Renda Melhor, onde dez mil famílias serão beneficiadas pelo programa, que injetará cerca de 850 mil reais por mês nas famílias mageenses.

O Programa Renda Melhor criado em maio de 2011, atenderá as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda mensal per capita estimada seja inferior a R\$ 100,00. As famílias passarão a receber um complemento que poderá chegar a R\$300,00. O programa atenderá inicialmente 10.778 famílias em Magé, e aproximadamente 100 famílias receberão o valor máximo do complemento.<sup>9</sup>

### **3.3.3. CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO (CVT)**

Segundo a Secretaria de Ciência e Tecnologia, está prevista a construção do Centro Vocacional de Tecnologia de Magé, voltado à capacitação profissional para as áreas de construção civil e informática, visando atender a demanda do COMPERJ. Ele irá funcionar em um CIEP do município, numa parceria entre as Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação. O investimento deverá ser de R\$ 3 milhões.<sup>10</sup>

### **3.3.4. CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO ESTRELA**

A ponte medirá 175 metros e será construída sobre o rio Estrela, ligando Mauá a Duque de Caxias. O processo licitatório para a obra já foi aberto e segundo o presidente do DER, o Estado só está esperando a conclusão da licitação para dar início às obras, que deverão durar em média oito meses. A planta do projeto, que já está preparada, mas poderá sofrer algumas mudanças devido à implantação de dutos no local.

### **3.3.5. CONSTRUÇÃO DA PONTE CAMPOS ELÍSEOS – MAUÁ (RJ 103)**

O Governo do Estado construirá a estrada RJ 103, uma ponte que ligará Campos Elíseos, em Duque de Caxias, à Mauá, localizado em Guia de Pacobaíba, 5º distrito de Magé. Segundo o projeto, este empreendimento tem o objetivo de criar condições de crescimento para a região de Guia de Pacobaíba (especificamente Mauá), pois esta ligação aproximaria os dois municípios em cinco quilômetros. O

<sup>9</sup> <http://www.mage.rj.gov.br/component/content/article/348-mage-recebera-o-programa-renda-melhor>

<sup>10</sup> <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=573145>

projeto de lei Nº 1.930/2000, que aprovou a criação e implantação da ponte, foi assinado em 29 de novembro de 2000.

### **3.3.6. CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE IPIRANGA.**

Área de manguezal de 114 hectares, localizada no bairro Ipiranga, que margeia a Baía de Guanabara e faz divisa com a APA do Rio Estrela. Esse projeto já passou por consulta pública e sendo encaminhado para homologação pela Prefeitura.

### **3.3.7. ÁGUA ENCANADA PARA OS DISTRITOS DE MAUÁ E CENTRO.**

O projeto contempla Magé desde o âmbito da captação até a rede de distribuição de água. De acordo com a CEDAE serão construídos reservatórios em Magé e Mauá. A extensão do sistema de distribuição que será implantado no município terá extensão de 260 km. O ponto inicial do projeto é captação de água que será na bacia do rio Roncador, localizada no primeiro distrito, com a construção de uma elevatória e ao longo do trajeto serão construídos dois reservatórios de água, no primeiro e quinto distritos (Magé e Mauá, respectivamente) e estações de tratamento de água que vão triplicar o volume de água tratada que será disponibilizado à população. As obras têm duração prevista de um ano e meio. A ampliação da rede abastecimento de água de Magé faz parte das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal) no município, e é parte de um esforço conjunto com Estado para atender a população que sofre com a deficiência no abastecimento de água.

### **3.4. COMPATIBILIDADE DO PROJETO COM AS POLÍTICAS SETORIAIS, PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS**

O empreendimento ora proposto de uma forma direta ou indireta encontra-se em consonância com os programas governamentais nas três esferas administrativas uma vez que sua implementação visa contribuir com:

- Saneamento, por proporcionar o tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos, desta forma evitando doenças de veiculação hídrica, doenças transmitidas por vetores (ratos, moscas, baratas entre outros);



- Saneamento, por proporcionar o tratamento adequado dos resíduos de serviço de saúde, impedindo a disseminação de doenças contagiosas e até mesmo por bactérias;
- Os órgãos ambientais, uma vez que prevê o monitoramento continuado da qualidade das águas superficiais e subterrâneas antes, durante e após o encerramento da atividade, prevista de ocorrer durante pelo menos 30 anos. O monitoramento ocorrerá nos corpos hídricos situados na área de influência direta do empreendimento (rio Inhomirim e rio Estrela) o que permitirá conhecer o comportamento dessas águas e suas variações naturais frente as intempéries podendo esses dados serem repassados ao órgão ambiental contribuindo assim para aumentar a gama de pontos já monitorados pelo INEA;
- Melhoria da qualidade dos corpos hídricos uma vez que visa tratar efluentes industriais e o chorume gerado da atividade de disposição de resíduos sólidos urbanos, antes de seu lançamento nos corpos hídricos receptores, o que garantirá a liberação dentro dos padrões de lançamento ou muito próximo a esses, no que diz respeito aqueles parâmetros de difícil tratamento, para os quais ainda não existe metodologia avançada capaz de reduzir suas concentrações ao nível exigido pelas normas vigentes.
- Com o desenvolvimento econômico e social, pois propiciará o desenvolvimento de pequenas empresas com tecnologias que permitam o reaproveitamento dos resíduos recicláveis tais como: a produção de biofibras a partir do coco, biodiesel a partir do óleo de cozinha usado. Dessa forma, contribuirá também para a geração de novos empregos e negócios, o que torna um diferencial entre este e os demais projetos já implementados no Estado do Rio de Janeiro;

No que diz respeito à consonância com o Plano Diretor e Zoneamento Municipal o assunto será abordado com maiores detalhes no item 6.1 do EIA, atendendo ao item 4.2.3 da IT.